

A trajetória de Paulo Francis na imprensa brasileira: da Última Hora até O Estado de São Paulo

Alexandre Blankl Batista¹

O jornalista Franz Paul Trannin da Matta Heilborn, conhecido por Paulo Francis, teve marcante passagem pelo jornalismo brasileiro durante a segunda metade do século XX. Foi um dos maiores polemistas do país e influenciou vários profissionais de imprensa que, em boa medida, hoje, sendo também polemistas, procuram imitar algumas características de seu estilo. Esta comunicação procura destacar certas conclusões que tivemos em nossa tese de doutorado, recentemente finalizada no PPGH-UFRGD, sobre determinados aspectos do polemismo de Francis, dialogando com a sua produção escrita dentro dos periódicos da imprensa brasileira de que fez parte. Da mesma forma, busca identificar os principais motes de sua atuação intelectual entre a década de 1960 até o seu falecimento, no início de 1997. Este percurso, até aqui, menciona tópicos como o processo de sua transformação ideológica e os momentos em que desempenhou o papel de intelectual orgânico, na defesa de agendas socioeconômicas, e no apoio pragmático de programas políticos e de certos candidatos em determinados pleitos eleitorais.

Desse modo, é preciso esclarecer que, durante a trajetória intelectual do jornalista, projetam-se fases ideológicas distintas. Paulo Francis teria descoberto o trotskismo na década de 1950 e após o golpe de 1964 teria sofrido constantemente com o impacto das consequências daquele episódio, que impôs uma ditadura de mais de vinte anos ao país. Decorreria daí uma gradual transformação em sua postura intelectual, passando da esquerda para a direita do espectro político, tornando-se um vigoroso defensor da agenda ultraliberal, hegemônica no país a partir da década de 1990, e implantada também nessa época no Brasil. Essas informações, grosso modo, encontram-se nas avaliações de seus principais biógrafos e em certos artigos e dissertações acadêmicas vistas em nosso mencionado estudo. Ao longo de nossa

¹ Doutorando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e professor da graduação em história na Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

exposição aqui, tentamos identificar as prerrogativas que, de uma forma ou outra, estiveram presentes junto às mudanças que o seu perfil ideológico foi tomando.

Uma das questões importantes diz respeito ao seu propalado trotskismo. Notamos em nosso estudo que Francis, aparentemente, não militou em quaisquer organizações trotskistas ou, pelo menos não as mencionava em seus textos, limitando-se a falar sobre Trotsky ou seus comentadores. Uma obra em particular parece tê-lo marcado. Trata-se da conhecida trilogia biográfica sobre Trotsky, escrita por Isaac Deutscher. Francis chegou a participar da equipe de edição da tradução brasileira da obra, publicada pela Civilização Brasileira, de seu amigo Ênio Silveira. É difícil confirmar qualquer atuação orgânica de Francis em torno do trotskismo ou organizações militantes, apesar de haver verossimilhanças entre as suas posições políticas e as do pequeno Partido Operário Revolucionário Trotskista, o POR(T), entre 1963 e 1968, que adotava, então, a linha estratégica do trotskista argentino Juan R. Posadas, de forte teor nacionalista.

Em sua atuação jornalística pré-1964, alinhou-se com o “bloco populista” identificado com lideranças do PTB, alternando, por vezes, apoio condicional com críticas mais contundentes ao então presidente João Goulart. Da mesma forma, não escondia sua admiração por lideranças como Miguel Arraes e, principalmente, Leonel Brizola. Defendeu um nacionalismo antimperialista nas páginas do jornal *Última Hora*, do qual seu esforço editorial, assim como nos textos do próprio Francis, estava tomado em defender o governo Goulart e atacar seus adversários políticos, em especial o então governador da Guanabara, Carlos Lacerda. Portanto, teve papel intelectual importante atuando a favor da permanência desse bloco no poder. Para isso, utilizou-se do jornalismo diário, adotando o perfil editorial de *Última Hora*, em que apontava caminhos possíveis, tentando persuadir por meio de suas ideias sobre prováveis soluções a problemas enfrentados pelo governo brasileiro de então.

Um dos elementos ligados ao trotskismo, que é a crítica político-social e a condenação do chamado “stalinismo”, só viria mais delineada em sua produção textual no período pós-1964. Ali, nos textos do autor, fundamentalmente, aparece a preocupação com a falta de liberdade intelectual. Não é coincidência que esse assunto ganhou dimensão em seus artigos a partir de então. Francis chegou a escrever bastante contra a ditadura civil-militar brasileira em suas colunas do *Correio da Manhã* e em

artigos para a *Revista Civilização Brasileira*. No entanto, após o AI5, seus artigos passaram a refletir indiretamente sua insatisfação com a situação nacional, apontando exemplos externos à realidade do país. O regime político soviético foi alvo constante em seus textos para *O Pasquim*, bem como o exemplo do regime cubano, em que ambos eram apontados como ditaduras que cerceavam e reprimiam a liberdade de expressão e a vontade individual dentro do conjunto social.

Anos mais tarde, Francis argumentava que essas suas posturas representavam a prova de que nunca fora conivente com certas práticas da esquerda brasileira, essencialmente as defendidas pelo PCB, pois a crítica ao stalinismo seria produto de sua formação trotskista. Consideramos que, de fato, essa conduta esteve presente na trajetória de Francis, mas somente, ou pelo menos mais evidente, após o AI5, inaugurada em um longo artigo para a revista *Realidade*, em 1969, seguindo-se em sua produção para *O Pasquim*. Porém, essa crítica ao stalinismo é insuficiente para caracterizá-lo como trotskista. Até mesmo as suas inclinações socialistas, na prática, são difíceis de identificar, haja vista a sua atuação orgânica pré-1964 junto ao projeto nacional-desenvolvimentista perseguido no PTB, no *Última Hora*, e reafirmado em seus textos feitos no pré-AI5, quando apoiou abertamente, mesmo com alguma hesitação, a corrente nacionalista da ditadura, contrária à corrente representada por Castello Branco. Francis revelou-se continuamente um intelectual pragmático, bradando a necessidade de optar sempre pelo “mal menor”.

A postura antistalinista foi uma prerrogativa de vários intelectuais de prestígio, reconhecidos mundialmente, durante a Guerra Fria. A própria CIA teria utilizado e estimulado a produção desses intelectuais como forma de reforçar a propaganda antissoviética, dentro e fora dos EUA (SAUNDERS, 2001). Entre eles encontravam-se vários trotskistas. Paulo Francis envolveu-se profundamente naquele caldo de cultura, já que acompanhava as tendências intelectuais diretamente de diferentes publicações da grande imprensa estadunidense. Não é incorreto aventar que tenha contribuído, mesmo que involuntariamente, para a desejável propaganda ocidental por parte do *establishment* anticomunista do período.

Afinal, ao passo que tecia críticas aos EUA por conta do intervencionismo militar (Francis denunciou fortemente os graves excessos cometidos pelos EUA no Vietnã), elogiava o ambiente de maior liberdade individual encontrada naquele país

comparada com países de orientação comunista no cenário mundial da época. As críticas mais intensas aos EUA foram diminuindo na mesma proporção em que aumentava sua ojeriza à URSS e ao PCB, coincidindo com seu exílio voluntário nos EUA e o ingresso na grande imprensa paulista, no jornal *Folha de São Paulo*, a partir do final do ano de 1975. No entanto, sua autodeclarada virada ideológica viria em fins dos anos 1970, incorporando elementos novos nos anos subsequentes.

Em 1979, por exemplo, confessava na *Folha de São Paulo* que havia abandonado a esquerda e, conforme dizia, não acreditava mais no socialismo. Assim, confirmava o ceticismo que já era possível perceber em seus romances *Cabeça de Papel*, de 1977, e *Cabeça de Negro*, de 1979, além da clara mudança, mais ponderada, e de reavaliação em suas críticas políticas, percebidas em *O Pasquim*. Sugerimos que sua ponderação naquele momento foi motivada pela repressão do regime ditatorial, mas também um produto de sua revisão em sua condição como intelectual. É difícil assinalar uma posição de organicidade de Francis naquele período, que decorre de sua participação n' *O Pasquim*, em 1969, até os primeiros anos da década de 1980. Uma publicação, com um título significativo, que já refletia bem a hesitação em suas posições ideológicas, é *Certezas da Dúvida*, de 1977, quando expunha uma síntese de suas reflexões intelectuais ao longo da década de 1970.

Nessa época, Francis vacilava em apontar caminhos e soluções para os problemas sociais, econômicos e políticos nos âmbitos nacional e mundial. Para ele, os modelos experimentados no capitalismo e no socialismo não serviam. Observava que, na verdade, não havia socialismo nos países do Leste Europeu e em parte alguma. Todas as experiências nesse sentido teriam se transformado em regimes tirânicos e perversos.

Em fins dos anos 1970, Francis chegou a flertar com o chamado “eurocomunismo”, elogiando as concepções democráticas, segundo ele, que guiariam o perfil daqueles projetos elencados por certos PC's da Europa. A debilidade daqueles projetos, entretanto, parece ter tirado as últimas crenças do jornalista em relação à possibilidade socialista. É preciso frisar que, em 1979, quando declara o abandono do socialismo, ainda permanece hesitante quanto a posições ideológicas melhor definidas. A síntese dessa postura é identificada em várias passagens de seu primeiro livro de memórias, *O afeto que se encerra*, publicado em 1980. Um ano depois, a partir de 1981, foi contratado por Roberto Marinho, o mesmo que havia sido insultado por Francis n' *O*

Pasquim, sendo chamado de “porcaria”. Sua figura pública colocou-se em maior evidência com as frequentes inserções de seus comentários nos telejornais da *Rede Globo de TV*. Paulo Francis, então, começa a tornar-se mais popular também devido às imitações que os humoristas realizavam de sua performance caricata enquanto apresentava suas crônicas internacionais nessas inserções televisivas.

A sua “virada ideológica assumida” somente se completaria em meados dos anos 1980. Precisamente em 1984, no mês de fevereiro, Francis escrevia uma coluna redimindo o até então desafeto Roberto Campos. O economista fora um alvo histórico de Francis, execrado desde o *Última Hora*, passando pelo *Correio da Manhã* e *Folha de São Paulo* em diversas colunas do jornalista. A partir de então, Francis não apenas eximia Campos de boa parte dos males que afligiam o país, como o tomava por guru e grande intelectual brasileiro. Era o início de sua condição orgânica em favor da construção de uma agenda ultraliberal para o país. Não é coincidência que o jornal em que atuava passava por transformação idêntica. A *Folha de São Paulo* alterava seu perfil editorial exatamente naquele ano, mais precisamente identificável entre julho e agosto de 1984 (FONSECA, 2005).

Até aquele momento, o jornal defendia um modelo de desenvolvimento capitalista próximo ao que se entende por “nacional-desenvolvimentismo”, bastante similar ao que Francis alimentava simpatias em suas posições pragmáticas desde que começou no jornalismo político. Essas posturas confluentes, possivelmente, integraram um grande redirecionamento das classes e frações de classe dominantes, refletidas pela grande mídia, como resposta à crescente crise econômica e política há tempos sentida no país, oriunda de fatores internos (aumento inflacionário, instabilidade social e econômica) e externos (crise do petróleo, ascensão de um neoconservadorismo nos países centrais do capitalismo mundial, descrédito e penalizações impostas pelos organismos internacionais aos países latino-americanos, etc.) que desgastaram a ditadura civil-militar e foram parte dos elementos causais que conduziram o país ao processo de transição do governo militar ao governo civil em meados dos anos 1980.

A partir de então, Paulo Francis tornou-se, gradativamente, um dos grandes vulgarizadores da agenda ultraliberal aconselhada pelos grandes organismos internacionais que tentam impor controle à economia mundial capitalista, como o FMI e o Banco Mundial, tendo respaldo e amparo insinuantes dos EUA para a concretização

daquela agenda. A mesma recomendava o equilíbrio fiscal, exigindo corte de gastos por parte do Estado, a diminuição da máquina pública e o estímulo às privatizações e à abertura dos mercados. Francis foi um insistente e agressivo agente defensor das privatizações do setor público brasileiro, seguindo muitos argumentos formulados pelo antigo desafeto Roberto Campos, tentando convencer seus leitores sobre a suposta ineficiência irrecuperável das grandes estatais nacionais e do sistema de ensino público.

Na mesma proporção de sua atuação orgânica ultraliberal, cresceu a sua aversão aos socialmente desfavorecidos, o seu preconceito racial e regional e, sobretudo, o seu anticomunismo. Acreditamos que essas características são indissociáveis da própria agenda ultraliberal. É necessário lembrar que na década de 1980, tanto nos EUA como na Inglaterra, multiplicaram-se os discursos de ódio e de aversão ao “terceiro-mundismo”, ao comunismo, ao socialismo e às minorias raciais. O polemismo de Francis sintetizou todos esses elementos em um só alvo no final dos anos 1980 ao atacar a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva no pleito eleitoral para a Presidência da República. Na oportunidade, hostilizava o fato de Lula ser, em primeiro lugar, supostamente ignorante, pois era oriundo do nordeste brasileiro, além de não ter frequentado as cátedras superiores de ensino; em segundo lugar, por sustentar uma ideologia socialista, na contramão de tudo o que estaria acontecendo na Europa e no restante do mundo. Essas seriam características que o desqualificariam para o posto de Presidente da República.

Percebe-se claramente a procura de Francis, a exemplo do editorial do próprio jornal em que publicava seus textos, por um candidato que representasse os pressupostos da agenda por ele vulgarizada. O apoio a Collor de Mello fora circunstancial e estratégico. Não era o candidato ideal, mas o mais próximo do projeto que Francis defendia, especialmente pelo anticomunismo declarado e pela promessa de abertura da economia brasileira. A grande imprensa nacional, de maneira geral, teve posição semelhante, apoiando-o nas eleições, visivelmente no segundo turno, e sendo reticente ao começar o mandato, além de tomar cuidados ao apoiar as metas de seu governo. Depois da famosa ação de confisco das poupanças e dos escândalos de corrupção, a grande imprensa foi rapidamente abandonando o apoio ao governo e endossou a cassação do mandato do Presidente.

Nesse lapso de tempo, Francis já havia trocado o jornal *Folha de São Paulo* pelo rival, *O Estado de São Paulo*. Nesse periódico, de posição editorial semelhante à empresa rival, a *Folha de São Paulo*, quanto à vulgarização e adoção da agenda ultraliberal no país, Francis consolidou sua posição ultraliberal. Provavelmente, em nenhum momento precedente de sua carreira jornalística fora tão lido quanto nos anos 1990. É necessário lembrar que o contrato com a *Folha* exigia exclusividade, ao contrário do contrato com *O Estado de São Paulo*, o qual permitia publicar seus textos em jornais de outros Estados. Foi assim que passou a colaborar para *O Globo*, no Rio de Janeiro, *Zero Hora*, no Rio Grande do Sul, entre outros periódicos. Nessa época, Francis era o jornalista mais bem pago do país.

Seu sucesso esteve ligado ao seu potencial de gerar polêmicas, ao seu estilo de polemismo calcado na ironia e no cinismo, pautado em uma peculiar erudição, reconhecida por alguns e muito contestada por outros, haja vista os diversos erros que cometia e os imponderados julgamentos que fazia. Certos analistas como Luís Augusto Fischer (FISCHER, 1998), Carlos Bissón (BISSÓN, 2004) ou mesmo Isabel Lustosa (LUSTOSA, 2000) reconhecem certo valor literário, e até histórico, em seu estilo jornalístico; ou mesmo sua importância como divulgador cultural, de obras literárias e de produções musicais e cinematográficas. Entretanto, não é objeto de nossa análise realizar semelhante avaliação de estética literária. Nosso trabalho tentou evidenciar a importância que Francis teve dentro da imprensa brasileira como comentador da política nacional, especialmente. Nesse sentido, não cabe dizer se sua trajetória representou um saldo positivo ou negativo para a nossa história e a história da imprensa no país, e sim reforçar que, de fato, cumpriu um papel importante como intelectual de imprensa e colunista político. Sua organicidade e *status* jornalístico, percebidos em diversos momentos de sua carreira profissional, atestam sua importância como intelectual, tanto à esquerda como à direita do espectro político.

O último ponto que destacamos sobre sua trajetória intelectual diz respeito à sua avaliação do golpe e da ditadura civil-militar no Brasil. Em um momento bastante confortável da carreira, ao publicar em 1994 seu segundo livro de memórias, *Trinta anos esta noite*, Francis sintetizou várias impressões de sua visão contextual da ditadura brasileira, seus agentes, suas causas e consequências para o processo histórico brasileiro. Imbuído de seu comprometimento com a agenda ultraliberal, o jornalista

realiza uma verdadeira revisão de algumas das suas leituras feitas anteriormente sobre o período, como no imediato pós-1964. Entre outros temas, destaca-se o seu silêncio sobre a ação e envolvimento empresarial durante o regime, a relativização do conceito de golpe de Estado ao tratar acerca dos episódios que marcaram 1964, a sobrevalorização de sujeitos atomizados como condutores dos acontecimentos, em detrimento de grupos sociais, classes ou quaisquer representações coletivas, além de minimizar o papel dos EUA no golpe e na manutenção da ditadura brasileira.

A maioria dessas posições são conciliáveis com a revisão que tem sido reproduzida por meio de importantes empresas jornalísticas da grande imprensa nacional, como o *Grupo Folha*, as *Organizações Globo* e a editora *Abril*. N’*O Estado de São Paulo* também prevalecem alguns elementos elencados na interpretação de Francis resumida acima. A questão fundamental, talvez, diga respeito à “interpretação liberal”, que é reforçada pela grande imprensa, e que ganhou importante divulgação na coleção publicada a partir de 2002 pelo também jornalista Elio Gaspari. Para Gaspari, assim como para Francis, o período presidido pelo ditador Castello Branco teria representado uma importante renovação econômica, em um projeto de maior abertura do mercado brasileiro, com feições liberais, que fora atravessado pela ala nacionalista de Costa & Silva. Para Gaspari, Castello Branco teria a intenção de retomar o processo democrático e essa fase da ditadura é intitulada pelo autor como “envergonhada”. Esse título não foi criação de Gaspari. Está nas análises de Francis, em *Trinta anos esta noite*, embora num sentido mais amplo, para designar as sucessões de lideranças no interior do mais alto escalão do regime ditatorial. Gaspari e Francis eram amigos e sua sociabilidade, de maneira geral, guardava mais afinidades acerca do tema em questão, em seus aspectos fundamentais, do que divergências.

A ideia de “ditadura envergonhada” também diz respeito a uma tentativa de atenuação das perversidades cometidas durante o regime ditatorial no Brasil. A comparação com outros regimes congêneres latino-americanos, como o argentino e o chileno tenta fazer acreditar que, por meio do maior contingente de mortos e desaparecidos, aqueles regimes não poderiam ser comparados com o caso brasileiro. É a mesma lógica do conhecido editorial da *Folha de São Paulo*, de 17 de fevereiro de 2009, que apresentou o período de mais de vinte anos de ditadura no Brasil como uma “ditabranda”. A revista *Veja*, da editora *Abril*, também utilizou um expediente

semelhante ao dos demais veículos da grande imprensa, colocando em evidência, neste mesmo período, entre a década de 1990 e início dos anos 2000, a voz dos militares e sua versão dos acontecimentos. Em cada uma dessas falas, e no conjunto delas dentro das diferentes edições da revista, fica evidente a mostra da ditadura como um mal necessário para evitar uma suposta ditadura de esquerda e a consequente contenção do comunismo (SILVA, 2013).

A grande imprensa nacional, em especial a do centro do país, tem realizado um trabalho pedagógico notório em relação à interpretação da natureza da ditadura brasileira, agregando a atuação de seus (considerados) protagonistas, as (vistas desta forma) inevitáveis limitações da democracia no período e o levantamento de “saldos positivos” resultantes das opções práticas adotadas na época. A disputa pelo consenso não se dá apenas em âmbito meramente jornalístico, mas também na divulgação de obras acadêmicas oportunas e mais próximas deste conjunto de concepções elencados.

Diante disso, temos mais um significativo aspecto de intuito pedagógico de Francis. Ao dispor de uma série de argumentos para vulgarizar a agenda ultraliberal em suas colunas de jornais e publicações, utilizava o polemismo, o seu *status* e o lugar privilegiado que dispunha na imprensa, com amplo espaço para expor suas ideias. Consequentemente, além de comentar o cotidiano e a rotina das estratégias políticas e econômicas, envolvendo a situação do país e sua interação com a realidade internacional, o polemista voltava seu olhar para o passado e interpretava a história, usando exemplos considerados positivos e agregadores para o desenvolvimento socioeconômico brasileiro, mesmo no interior do regime ditatorial. Assim, foi um dos precursores importantes dos trabalhos de Gaspari e da construção consensual que vem se formando na grande imprensa a respeito da interpretação da ditadura-civil militar brasileira. Entretanto, sobre uma eventual contribuição acerca da interpretação geral do período, na época em que escreveu, não trouxe nada de muito original, nem mesmo fontes inéditas, transformando *Trinta anos esta noite*, hoje, em mais uma produção memorialística do cenário histórico nacional de outrora, mas importante para compreender esse movimento de construção hegemônica a respeito das explicações que dão sentido aos episódios do período.

A produção de Francis na imprensa contra-hegemônica entre 1962 e 1975 até o momento foi pouco estudada e, por coincidência ou não, é pouco exibida e esmiuçada,

tanto pela grande imprensa como pelos seus biógrafos. Francis ocupou espaços importantes nos periódicos *Última Hora*, *Correio da Manhã*, *Revista Civilização Brasileira*, *O Pasquim* e *Tribuna da Imprensa*. Ocupou um posto relevante como intelectual entre 1962 e 1964, de defesa de um nacional-desenvolvimentismo na época, o qual certos analistas sociopolíticos classificam como “populismo”. Durante a ditadura, desempenhou postura defensiva e reticente referente a uma estratégia de ação, limitando-se a fazer uma oposição que variou de um discurso mais incisivo e combativo, contra alguns dos generais que disputavam o poder entre 1964 e 1968, até um distanciamento político mais hesitante a partir de 1969, pós-AI5.

Certos estudiosos da trajetória de Francis o colocam como um intelectual independente, sem vínculo significativo com as empresas jornalísticas em que atuou ou sem comprometimento com qualquer compromisso junto a agrupamentos sociais próximos ao poder. Argumentamos em nossa tese que não foi assim. A própria sociabilidade de Francis comprova o contrário. Quando seu núcleo de amigos e ambiente profissional esteve circunscrito aos jornais contra-hegemônicos supracitados, o jornalista flertou sempre com a esquerda. À medida que foi ganhando *status* como jornalista, mudando para Nova Iorque, ingressando na grande imprensa, passando a conviver constantemente com grandes empresários, banqueiros e frequentar os bastidores do poder político, aproximou-se da direita. Foi a época que travou amizade com homens como Delfim Neto e, posteriormente, até mesmo com Roberto Campos, civis respeitados e poderosos dentro da ditadura civil-militar.

Possivelmente, deslumbrou-se com o centro do capitalismo em contraste com o Brasil que distinguira dos bairros provincianos do Rio de Janeiro das décadas de 1950 e início de 1960, além da lembrança do nordeste brasileiro que conheceu em viagem junto com o *Teatro do Estudante do Brasil*, quando conheceu a pobreza no interior brasileiro. A ditadura, como bem reconhecia Paulo Francis, foi um ponto importante de ruptura com a expectativa inocente que dizia ter de transformar o país em uma nação forte, rica e independente. Somado a isso, outros insistem que essas mudanças de opinião eram comuns nas ponderações do jornalista, que se contradiria frequentemente. Isso de fato é um exagero e tem servido para justificar essa pretensa independência intelectual de Francis, especialmente em sua fase ultraliberal. O que observamos, na verdade, é uma quase inabalável defesa da agenda ultraliberal em voga, seus princípios

fundamentais e sua aplicação prática. Concepções que o jornalista defendia desde meados dos anos 1980 até o fim de sua vida em princípios de 1997. Por outro lado, certas posições contraditórias existiram e algumas delas serviram ao seu polemismo, destacando-se como uma espécie de chamariz para o texto do jornalista, tanto por parte de seus admiradores como de seus opositores. Estes foram alguns dos pontos trabalhados na tese de doutoramento e que estão aqui descritos de forma sucinta. Os fundamentos mais precisos desses apontamentos, portanto, devem ser vislumbrados no estudo em questão.

Bibliografia citada:

BISSON, Carlos A. T. F. *Jornalismo e Política em Karl Kraus e Paulo Francis*. 2004. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

FISCHER, Luís Augusto. Inteligência em ação; O legado de Paulo Francis. In: *Para fazer diferença*. Porto Alegre: Artes & Ofícios, 1998.

FONSECA, Francisco. *O consenso forjado: a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2005.

LUSTOSA, Isabel. De olhos postos na América – Paulo Francis n’O Pasquim. In: CHIAPPINI, Ligia; DIMAS, Antonio; ZILLY, Berthold (orgs.). *Brasil, país do passado?* São Paulo: Boitempo Editorial/EDUSP, 2000, p. 266-275.

SAUNDERS, Frances Stonor. *La CIA y la guerra fría cultural*. Madri: Editorial Debate, S.A., 2001.

SILVA, Carla Luciana. Veja e Ditadura: A memória dos militares refaz a história. *Historia Actual Online*, Cadiz, Número 31, Primavera 2013, p. 95. Disponível em: <<http://www.historia-actual.org/Publicaciones/index.php/haol/article/view/752/712>>.

Acesso em 15/09/2013.